

<b>Clipping</b> <b>13.01.2009</b>
--------------------------------------

Mudanças deflagradas antes do ano letivo .....	1
O que levou a Ulbra à crise .....	3
Na Amazônia, Fórum Social vai encolher.....	4
Novos direitos chegam a plano de saúde.....	6
Demissões afetam mil pessoas .....	7
GM demite 744 temporários em São Paulo.....	7
Refinaria Ipiranga vira Riograndense.....	8
Gerdau demite e muda regime de trabalho.....	9
Cpers-Sindicato critica medidas .....	9
Previdência: 5,8 milhões de ações na Justiça .....	9
Para Mariza, reforma na carreira é imprescindível.....	9
Uergs inscreve até 19/1 e tem provas em 8/2 .....	10
Lula admite medidas para conter efeitos da crise.....	10
GM dispensa 797 funcionários em SP.....	11
Sindisaúde ingressa junto ao MP.....	11
Fórum Social bate recorde de investimento público no Pará .....	11
Venda de jornal de SC para a RBS é alvo de ação .....	12
Polícia tem papel que revela divisão de verba no TJ-ES.....	12
GM faz 1º grande corte de vagas do setor automotivo.....	14
Com 2.500 temporários, empresa não descarta mais demissões .....	15
Setor não tem motivo para demitir, diz CUT .....	15
Definição de novas ações e políticas preventivas de segurança do trabalhador.....	15
Lula contrata 62% mais servidores públicos que FHC.....	17
Propostas contra demissões dividem entidades sindicais .....	18
Empregos: País cortou 600 mil vagas em dezembro .....	19
OAB pede investigação sobre suspeita de venda de sentenças no Judiciário do MA .....	20
Prefeito de Manaus dá cargo para filha de juiz do TRE-AM .....	20
Projeto acaba com o monopólio dos Correios e Telégrafos .....	21
Flexibilização só com garantia de emprego, diz CUT.....	22
Gerdau altera turnos em Charqueadas e deve demitir em Sapucaia do Sul .....	22
Trabalhadores estão preocupados com demissões na BrT .....	23
Empregado não é indenizado por perda auditiva descoberta depois da demissão .....	24
Projeto acaba com o monopólio dos Correios e Telégrafos .....	24
Israel deve ser alvo de boicote e sanções .....	26

## **Mudanças deflagradas antes do ano letivo**

SEC fala em estender atividades extraclasse, ampliar as verbas para as escolas mais pobres e municipalizar colégios

Se depender da Secretária de Educação, Mariza Abreu, as mudanças na rede estadual começarão antes mesmo do ano letivo. Em fevereiro, ela pretende encaminhar à Assembleia Legislativa um projeto que estende a todos os professores um percentual de

20% de sua carga-horária para preparação de aulas e reuniões pedagógicas, a primeira de uma série de medidas que prometem transformar a rotina de professores e alunos neste ano. Até o final do semestre, quando deve concluir o projeto com alterações no plano de carreira do magistério, também pretende aumentar os repasses de verbas para escolas que atendem alunos pobres e estabelecer um plano de municipalização do ensino em parceria com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul.

As propostas foram detalhadas ontem, durante reunião do Fórum de Educação da Agenda 2020, movimento que busca soluções para o desenvolvimento do Estado. Com ânimo redobrado pelo respaldo recebido da governadora Yeda Crusius, de instituições e de empresários para que permanecesse no governo, Mariza apresentou ontem a cerca de 30 organizações não-governamentais seu planejamento de ações.

A intenção da secretaria é estabelecer 20% das chamadas horas-atividade para professores contratados e concursados com jornada ampliada por convocação. Atualmente, esse benefício só é concedido a professores concursados, com base na carga-horária prevista no concurso. Professores contratados ou concursados que trabalham horas a mais do que o previsto em seu concurso, em sistema de convocação de horas, precisam cumprir essa carga-horária em sala de aula. A SEC calcula que 30 mil professores sejam beneficiados. Segundo a secretária, a intenção é garantir que todos participem das reuniões pedagógicas. – Isso é uma condição para a implantação do padrão referencial curricular, que pretendemos implantar em 2009 – explicou.

Embora tenha anunciado a intenção de destinar recursos extras para manutenção de escolas que atendam comunidades pobres, Mariza disse que ainda não sabe de quanto será o incremento, nem quantas escolas serão atingidas. Mas garantiu que nenhuma escola terá diminuição de seu índice atual.

[leticia.duarte@zerohora.com.br](mailto:leticia.duarte@zerohora.com.br)

**LETÍCIA DUARTE**

Os projetos

**CARGA HORÁRIA**

A intenção é conceder 20% da carga horária para que professores realizem atividades de preparação de aulas e atividades pedagógicas. Atualmente, esse percentual só é concedido a partir das horas para as quais o professor prestou concurso. Caso o professor tenha concurso de 20 horas, só tem direito a quatro horas-atividade, mesmo que tenha contrato adicional e trabalhe 40 horas. Com a mudança, um professor que trabalhasse 40 horas teria direito a oito horas-atividade. Professores contratados também ganhariam o benefício. A medida beneficiaria cerca de 30 mil professores, que teriam horas a menos em sala de aula. Por causa disso, seriam necessários contratar mais professores para suprir a demanda. A SEC afirma que precisará aguardar o encerramento das matrículas para calcular o número de contratações necessárias.

A lei do piso nacional dos professores, contestada na Justiça pelo governo do Estado, prevê um índice maior: 33% de horas-atividade. Uma liminar em vigor desobriga o Estado de cumprir a determinação.

**MAIS VERBA PARA ESCOLAS POBRES**

Até o final do semestre, a Secretaria Estadual da Educação pretende aumentar os valores repassados para escolas que atendem alunos pobres.

A proposta é incrementar os repasses mensais da verba destinada a gastos de manutenção e custeio. Atualmente, todas as instituições recebem um valor padrão, de acordo com o número de alunos e o nível de ensino oferecido. A secretária estadual da Educação, Mariza

Abreu, diz que o projeto ainda está em estudo. Ainda não há estimativas sobre quanto será o valor nem quantas escolas serão atingidas

O Cpers considera a proposta ilusória porque nos últimos dois anos houve um corte de 30% na verba de manutenção repassada às escolas

#### MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO

Em parceria com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), a SEC criará um plano de municipalização do ensino

Segundo a secretária, a adesão ao plano será voluntária, dependendo da iniciativa de cada prefeito

Até o final do primeiro semestre serão estabelecidos critérios, com preferência para escolas de ensino fundamental, já que pela lei os municípios também são responsáveis por esse nível de ensino

O projeto surgiu a partir de uma demanda da própria Famurs. Com mais alunos, prefeituras de municípios pequenos esperam receber mais verbas do Fundo da Educação Básica (Fundeb)

O Cpers é contra a municipalização

ZERO HORA

## O que levou a Ulbra à crise

Greve iniciada ontem de servidores da área da saúde, na Capital, e bloqueio de contas aumentam dificuldades que se tornaram públicas no final do ano passado

A paralisação de servidores da área da saúde e o bloqueio de todas as contas bancárias ligadas à Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) ampliaram, nos últimos dias, o rol de dificuldades que ronda a instituição. Com 36 anos de existência, ela se debate contra uma crise que já provocou a penhora do seu patrimônio e até a colocação de lacre na coleção de automóveis antigos. O tamanho do rombo: cerca de R\$ 2 bilhões em dívidas com impostos federais.

As dificuldades se instalaram gradativamente na década de 1990 e se agravaram neste ano. Uma das maiores universidades do país, com mais de 153 mil alunos e campi em seis Estados, a Ulbra tenta sair do atoleiro com captação de empréstimos e a ajuda de consultores.

A tarefa é árdua: ontem, servidores da Ulbra Saúde, com sede no centro da Capital, suspenderam o serviço e comprometeram o atendimento ambulatorial. A situação também é complicada no Hospital Luterano, onde se prolonga uma paralisação iniciada semana passada na rede de quatro instituições hospitalares. Enquanto isso, a Justiça bloqueou não só as contas relativas à mantenedora da instituição, mas de todas as empresas vinculadas de alguma forma à Ulbra.

O reitor, Ruben Becker, não se manifesta sobre a crise. A universidade escalou a diretora de Comunicação Social, Sirlei Dias Gomes, para conversar com Zero Hora. Sirlei aponta a origem do que prefere chamar de dificuldades: a área da saúde. Desde que passou a administrar hospitais e clínicas, a entidade acumula prejuízos no setor, desde o início – Sempre no vermelho – diz Sirlei.

O começo foi em 1993, quando surgiu o Hospital Luterano, no bairro Rio Branco, em Porto Alegre. Depois vieram os hospitais Independência, também da Capital, e o da Ulbra Tramandaí.

A porta-voz destaca que o maior investimento foi no Hospital Universitário (HU), de

Canoas, inaugurado em outubro de 2007 e considerado um dos mais modernos do Estado. A Ulbra importou equipamentos de última geração, mas houve contratemplos no recebimento. A universidade entendeu que parte dele não estava de acordo com a encomenda. Estabeleceu-se uma discussão com o banco internacional que fez o negócio. Não houve acordo, o caso parou na Justiça.

Instituição nasceu com ensino básico

A pró-reitora calcula que foram gastos mais de US\$ 200 milhões (cerca de R\$ 460 milhões) no HU. Como 70% dos atendimentos são para o Sistema Único de Saúde (SUS) – e algumas especialidades são deficitárias –, o investimento não foi recuperado. Os outros três hospitais, em Porto Alegre e Tramandaí, não apresentam a rentabilidade projetada. – Não fechamos porque o nosso reitor sempre está na esperança de retomar o bom funcionamento dos hospitais – afirma Sirlei.

O nascimento da Ulbra está no giz da sala de aula. A mantenedora da universidade, a Comunidade Evangélica Luterana São Paulo (Celsp), começou com uma pequena escola de madeira, a São Paulo, em 1911, destinada a ensinar os filhos dos imigrantes alemães. Seguiram-se outras escolas de ensino básico. A Celsp é ligada à Igreja Evangélica Luterana do Brasil (Ielb).

A Ulbra fixou como certidão de batismo o ano de 1972, quando evoluiu para o Ensino Superior com a Faculdade Canoense de Ciências Administrativas – o embrião da instituição. Começou com 50 alunos. Em 1973, eram 142. Em 1976, 840. Cresceu até virar a Universidade Luterana do Brasil, em 1988, e ser reconhecida pelo Conselho Federal de Educação no ano seguinte.

Sirlei garante que o ramo das escolas básicas e das universidades não é a causa dos apuros financeiros. Admite problemas localizados, mas que estariam sob controle. Um exemplo é o ensino à distância. Para cada curso, com 340 aulas gravadas, a Ulbra investe de R\$ 3 milhões a R\$ 4 milhões. Um aluno paga em torno de R\$ 220 de mensalidade, o que proporciona um lucro de 12%. A pró-reitora observa que a pequena margem pode ser devorada por uma eventual inadimplência.

Cursos deficitários também incomodam, embora sejam compensados pelos que dão lucro. Sirlei informa que 15 cursos, como os de licenciatura, estão com número reduzido de alunos. A Ulbra levou faculdades a cidades de porte médio, mas algumas não deram o retorno esperado.

Para os que trabalham na Ulbra, a crise é aflitiva. Diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro), Marcos Fuhr reclama de salários atrasados (falta dezembro e parte do 13º). Fuhr resalta que os 2,3 mil professores estão indignados com a falta de perspectivas. Entre os médicos, prestadores de serviços e funcionários dos hospitais, também há queixas sobre salários pendentes. A vice-presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers), Maria Rita de Assis Brasil, acrescenta que os hospitais funcionam precariamente.

ZERO HORA

## Na Amazônia, Fórum Social vai encolher

Apesar da queda no número de inscritos, edição de Belém será mais cara

Até sexta-feira, cerca de 83 mil pessoas haviam confirmado presença na nona edição do Fórum Social Mundial (FSM), a primeira no Brasil depois de quatro anos. Na última versão brasileira, em 2005, em Porto Alegre, houve 155 mil inscritos.

Apesar de contar com menos participantes, a edição de Belém do FSM será a mais cara dentre todas já realizadas no país. Para dotar a capital paraense de infraestrutura, segurança e atendimento médico adequado, os governos federal e estadual e a prefeitura gastarão ao menos R\$ 145,3 milhões. De acordo com a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong), o recorde anterior pertencia à última edição de Porto Alegre, que recebeu cerca de R\$ 10 milhões em recursos públicos. O Fórum de 2009 ocorre de 29 a 31 de janeiro.

Na edição de 2009, o evento será realizado nas universidades Federal do Pará (UFPA) e Federal Rural da Amazônia (UFRA). A crise mundial sob o olhar amazônico será o foco, diz a antropóloga Moema Miranda, do Conselho Internacional do Fórum:

– Com todas as crises concentradas, quase uma crise civilizatória, a Amazônia é um espaço de disputa fundamental – diz Moema.

Entre as personalidades aguardadas estão os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Evo Morales (Bolívia) e Hugo Chávez (Venezuela).

Como se inscrever

> Interessados em participar do Fórum Social Mundial em Belém podem fazer a inscrição pela Internet até quinta-feira.

> Após esse prazo, as inscrições devem ser realizadas nos locais do evento.

> O prazo para a inscrição de atividades já se encerrou.

> Informações pelo telefone (91) 3222-8530 e pelo site

<http://www.fsm2009amazonia.org.br>

Outras edições do Fórum

2001: Porto Alegre

Participantes inscritos: 20 mil

Entre os convidados internacionais, esteve em Porto Alegre o militante da Via Campesina José Bové (foto), que participou da destruição de dois hectares de soja geneticamente modificada da multinacional Monsanto.

2002: Porto Alegre

Participantes inscritos: 50 mil

Na segunda edição do FSM, a suspeita de dengue – não confirmada – assombra o Acampamento da Juventude, que registra uma média de 200 atendimentos médicos por dia. No encerramento do evento, o escritor português José Saramago pede, em manifesto, um debate “urgente” sobre a decadência da democracia.

2003: Porto Alegre

Participantes inscritos: 100 mil

Recém-eleito presidente da República pela primeira vez, Luiz Inácio Lula da Silva é a estrela absoluta da terceira edição do Fórum. Com o ex-governador Olívio Dutra, discursa no Anfiteatro Pôr-do-Sol.

2004: Mumbai, na Índia

Participantes inscritos: 74 mil

A primeira edição do Fórum realizada fora de Porto Alegre teve como seus temas centrais a discussão sobre militarismo, guerra e paz. Dos participantes, cerca de 60 mil eram indianos, mas a delegação brasileira também se fez presente.

2005: Porto Alegre

Participantes inscritos: 155 mil

O evento retorna à Capital com recorde de participantes inscritos. Na marcha que marcou o início do FSM 2005, estiveram presentes mais de 200 mil pessoas.

2006: Bamako (Mali), Caracas (Venezuela) e Karachi (Paquistão)

Participantes inscritos (em Caracas): 100 a 150 mil

A edição do FSM realizada em três cidades foi considerada uma vitrina para o presidente venezuelano Hugo Chávez. (foto). O Fórum de Caracas teve a presença de ministros brasileiros, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi alvo de críticas.

2007: Nairóbi, no Quênia

Participantes inscritos: 46 mil

O Fórum registra o menor número de participantes desde 2001 e tem baixa repercussão.

2008: Dia de Mobilização e Ação Global ao redor do mundo, em 26 de janeiro

ZERO HORA

## Novos direitos chegam a plano de saúde

Mudança de operadora sem obrigatoriedade de cumprir prazo de carência deve vigorar em abril

Depois da portabilidade numérica no telefone, vem aí a portabilidade nos planos de saúde. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicará nos próximos dias a resolução que elimina a necessidade de cumprimento de carência na troca de planos de saúde.

Entidades de defesa do consumidor, no entanto, reclamam que as novas regras atingirão um número restrito de beneficiários.

Usuários de planos empresariais, coletivos ou com contratos firmados antes de 1999 (ou que não foram adaptados à lei editada neste ano) não terão direito à isenção da carência.

Com isso, a medida abrangerá apenas 6,325 milhões de clientes de planos individuais ou familiares, ou 15,5% dos 40,794 milhões de beneficiários de planos de saúde no Brasil.

– Com certeza, é positiva para a concorrência no setor, mas lamentavelmente a maior parte dos planos ficou de fora – reclama a advogada Vanessa Vieira, da Pro Teste Associação de Defesa do Consumidor.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), Arlindo de Almeida, os contratos anteriores a 1999 são muito distintos entre si, não-padronizados. Com isso, a ideia original de eliminar a carência nos casos de troca de um plano de saúde por outro com cobertura similar ficaria prejudicada. Além disso, a Abramge argumenta que, normalmente, os planos coletivos já não têm carência, por isso não devem ser inclusos na portabilidade.

– As empresas vão ter de se esmerar no atendimento das pessoas para tentar fidelizar seus clientes. Mesmo assim, não sei qual será a abrangência, até porque não é simples assim mudar (de prestadora), as pessoas têm ligação forte com os médicos ligados aos seus planos – diz Almeida.

Restrições reduzem parcela de beneficiados

O presidente da Abramge acredita que a portabilidade passará a valer a partir de abril e afirma que a nova regra não deve causar alteração nos preços cobrados. Almeida ainda defende outros pré-requisitos anunciados pela ANS para que usuários se beneficiem da eliminação da carência, entre os quais a necessidade de a troca de plano só ser feita no mês de aniversário do contrato e de o consumidor ter permanecido no mínimo dois anos com a empresa anterior antes de usufruir da portabilidade.

Durante o período de consulta pública, representantes de entidades de defesa do consumidor pediram a redução das limitações, mas a decisão final, que será sacramentada com a resolução da ANS, não deve atendê-los.

– Essas diversas restrições podem inviabilizar o objetivo, que é aumentar a concorrência e melhorar o serviço das prestadoras, por abranger uma parcela muito pequena do mercado – diz Juliana Ferreira, advogada Instituto de Defesa do Consumidor.

A ANS informou que só detalhará as regras após a publicação.

ZERO HORA

## Demissões afetam mil pessoas

Indústrias pedem medidas para amenizar crise

Cerca de mil funcionários da cadeia avícola foram demitidos nos últimos 15 dias, segundo a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação no Rio Grande do Sul (FTIA-RS). Apreensivos com o quadro, representantes da entidade estiveram reunidos ontem no Ministério da Agricultura em busca de informações sobre o desempenho do segmento.

A Associação Gaúcha de Avicultura (Asgav), que representa as indústrias, admite a redução de produção para adequar a oferta à demanda do mercado internacional, entretanto, nega a quantidade de desligamentos apontado pelos trabalhadores.

José Eduardo Santos, secretário-executivo da entidade, afirma que algumas empresas entraram em férias coletivas e outras diminuiram um turno de abate.

– Essa é uma situação que está afetando diversas cadeias em todo o mundo. Estamos nos readequando para tão logo seja possível retomarmos os patamares de produção – afirma Santos.

Para reverter a atual situação, a indústria espera que os governos federal e estadual anunciem medidas que desonerem o setor. Entre os pedidos, está a criação de uma linha de crédito para capital giro, informa o dirigente.

Segundo José Severo, superintendente substituto do ministério, houve queda na produção gaúcha entre 20% e 25% nos últimos dois meses do ano passado. Apesar do atual cenário negativo em decorrência da crise mundial, os bons índices registrados até setembro devem contribuir para o fechamento de 2008 com crescimento na produção em torno de 7% a 8%.

Darci Pires da Rocha, vice-presidente da FTIA-RS, afirma que, dentre as mil demissões, 80% são da indústria avícola, sendo o restante de demais setores da alimentação, como laticínios.

Na semana passada, o frigorífico Nicolini, que abate cerca de 400 mil unidades por dia e processa carne suína e de frango para a Sadia, anunciou que iria dar férias coletivas nas unidades de Garibaldi e Nova Araçá. A medida foi recomendada pela Sadia, que já havia anunciado em dezembro a realização de paradas temporárias no primeiro trimestre de 2009 para diluir estoques.

– O que nos preocupa são esses anúncios. Qual é a dimensão da crise? – questiona Rocha.

ZERO HORA

## GM demite 744 temporários em São Paulo

Preocupação do governo é evitar demissões generalizadas no setor

A General Motors (GM) demitiu ontem 744 trabalhadores com contrato temporário na unidade de São José dos Campos (SP), um mês após o governo reduzir o Impostos Sobre Produtos Industrializados (IPI).

O vice-presidente da montadora no Brasil, José Carlos Pinheiro Neto, disse que a redução

do IPI não recuperou o ritmo de vendas dos modelos fabricados na unidade.

– Tomamos a decisão rigorosamente seguindo o mercado interno – afirmou Pinheiro.

Segundo o executivo, os modelos Corsa e S10, fabricados em São José dos Campos, foram menos beneficiados pela redução do imposto. Pinheiro Neto lembrou que em Gravataí os funcionários tiveram as férias coletivas reduzidas em uma semana por causa da melhora nas vendas dos automóveis Celta e Prisma.

– Esses são os modelos que tiveram maior benefício com a corte do IPI – explicou.

O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Vivaldo Araújo, disse que a montadora poderia manter os empregos na unidade:

– Não é possível que o governo baixe o IPI e permita que as empresas continuem demitindo. O governo deveria exigir a estabilidade do emprego para os trabalhadores.

No Ministério da Fazenda, o anúncio das demissões em São José dos Campos casou mal-estar. A maior preocupação da equipe econômica é que as dispensas que começam a ganhar força, não só na indústria automobilística, alimentem uma onda de pessimismo capaz de contaminar as expectativas de outros setores ainda não afetados pela crise financeira.

Dispensados poderão voltar se cenário melhorar

O governo quer evitar que as empresas comecem um movimento generalizado de demissões se antecipando a um cenário econômico negativo que não está configurado. Um encaminhamento nessa direção iria comprometer o crescimento econômico previsto para este ano acima de 3%. Para integrantes da econômica, as empresas que estão demitindo agora, a menos de 15 dias do início do ano, poderiam esperar.

O vice-presidente da GM do Brasil disse que novas demissões não estão descartadas e que dependem “única e exclusivamente do comportamento do mercado brasileiro”. Pinheiro Neto afirmou que caso o mercado reaja positivamente nos próximos meses, a montadora dará preferência para contratar os funcionários temporários que estão sendo dispensados agora.

ZERO HORA

## Refinaria Ipiranga vira Riograndense

Desde março de 2007 sob controle de três acionistas (Braskem, Petrobras e Ultra), a Refinaria Ipiranga, de Rio Grande, vai dar o próximo passo das mudanças representadas pela venda dos negócios do extinto grupo Ipiranga. Ontem, passou a se chamar Refinaria de Petróleo Riograndense SA.

A superintendente da refinaria, Margareth Feijó Brunnet, anunciou a alteração para os funcionários, ao prefeito de Rio Grande, Fábio Branco (PMDB), e ao sindicato dos trabalhadores em refino do município. A decisão é decorrente do fato de que, conforme as regras da venda das empresas Ipiranga, a marca e o logotipo azul e amarelo pertencem com exclusividade ao Ultra. Por isso, não podem ser usados por empresas que não pertençam 100% a esse grupo. Os postos da rede que foram absorvidos pela BR Distribuidora têm prazo de cinco anos para troca de bandeira.

Desde novembro do ano passado, graças a um contrato de industrialização firmado com a Petrobras, a refinaria de Rio Grande está processando petróleo de forma normal. O acordo, válido por 12 meses, pode ser prorrogado, e estipula que a unidade vai produzir derivados de petróleo conforme as necessidades da Petrobras, que também providenciará a matéria-prima.

Durante o período em que a cotação do barril alcançou recordes históricos, a atividade da

empresa chegou a ficar ameaçada, porque os preços dos derivados no mercado interno não acompanhou a alta. O contrato com a estatal coincide com uma fase de baixa no mercado internacional, mas representa uma segurança a médio prazo para as operações da refinaria. Embora o novo nome já esteja em uso, o desenho da marca ainda não está completo. Será apresentado ao conselho de administração até o final de fevereiro e adotado de forma gradual. Quando estiver definido, será apresentado à comunidade.

ZERO HORA

## **Gerdau demite e muda regime de trabalho**

A Gerdau adotou novas medidas em suas unidades de Charqueadas e Sapucaia do Sul como parte de ajustes feitos desde dezembro para adaptar a produção aos efeitos da crise financeira mundial sobre a demanda.

Na Aços Especiais Piratini, em Charqueadas, a mudança foi no regime de trabalho, que passou a ter duas turmas em vez de três. Na Gerdau Rio-grandense, em Sapucaia do Sul, o grupo informou que serão demitidos alguns funcionários próprios, sem detalhar o número de dispensas.

Entre os funcionários, circulou a previsão de que 40 demissões seriam efetivadas ontem, de um total que poderia passar de 120.

ZERO HORA

## **Cpers-Sindicato critica medidas**

Apesar de ser favorável ao aumento de horas-atividade, a presidente do Cpers, Rejane de Oliveira, salienta que o projeto do governo é inferior ao previsto na lei do piso nacional, contestado pela governadora Yeda Crusius na Justiça. A lei reserva um terço da jornada para horas-atividade. Também contesta a destinação de verbas para escolas pobres – salientando que houve um corte de 30% na verba para manutenção das escolas – e a municipalização do ensino:

– Como está se negando a implantar o piso, o governo está buscando subterfúgios para enganar a população. Cortar 30% da verba e depois se fazer de boazinha, dizendo que vai ajudar as mais pobres, é enganação. O governo deve 30% para todas as escolas.

ZERO HORA

## **Previdência: 5,8 milhões de ações na Justiça**

Já se acumulam na Justiça brasileira 5,8 milhões de processos contra a Previdência Social, a maioria para o reconhecimento de índices de reajustes em benefícios. O volume vem crescendo após a Constituição de 1988. Na década de 90, uma série de legislações negou direitos aos contribuintes, disse ontem o ministro da Previdência Social, José Pimentel, ao afirmar a decisão política do Executivo e do Legislativo em solucionar as demandas.

CORREIO DO POVO

## **Para Mariza, reforma na carreira é imprescindível**

Uma imprescindível reforma no Plano de Carreira do Magistério estadual foi reafirmada ontem pela secretária da Educação, Mariza Abreu, no Fórum de Educação da Agenda 2020, na Pólo RS, na Capital. Reunida com representantes de entidades voluntárias da sociedade, integrantes da Agenda 2020, Mariza falou dos projetos que o Executivo deverá encaminhar

neste ano à Assembleia Legislativa.

Segundo a secretária, programas como o Professor Nota 10 valoriza o Magistério e propõe, entre outros objetivos, a implantação de um padrão referencial da grade curricular das 2.600 escolas estaduais. 'Isso não existe hoje. As escolas são responsáveis por definir suas grades curriculares, assim como as horas aulas dos períodos. Temos hoje escolas trabalhando com períodos de 40 minutos, enquanto outras trabalham com 50 minutos a hora/aula. É um verdadeiro caos.' Para definir este padrão, a Secretaria (SEC) reuniu 22 professores da rede pública para auxiliar na construção dos cadernos que irão subsidiar as escolas na implantação do novo modelo.

Sobre o Piso Nacional, as projeções de SEC e Fazenda indicam que entre 600 e mil professores que recebem R\$ 920,00 passarão a receber o piso (R\$ 950,00), mas terão acrescidas horas aula para cumprir as adequações curriculares. E para docentes contratados, a SEC prevê aumento da jornada de trabalho, pois também se envolverão em adequações.

CORREIO DO POVO

## Uergs inscreve até 19/1 e tem provas em 8/2

O vestibular da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul segue com inscrições abertas até o dia 19 desse mês. Metade das vagas são destinadas a candidatos de baixa renda familiar, e 10% a portadores de deficiência. A prova acontecerá no dia 8 de fevereiro. Os locais de realização das provas serão divulgados em 19 de janeiro. As inscrições devem ser feitas pelos sites da Uergs ([www.uergs.edu.br](http://www.uergs.edu.br)) ou da Fundatec ([www.fundatec.com.br](http://www.fundatec.com.br)).

CORREIO DO POVO

## Lula admite medidas para conter efeitos da crise

Na abertura da 36ª Couromoda, em São Paulo, o presidente disse que o governo já está trabalhando com estados e municípios

São Paulo — O presidente Lula admitiu ontem durante a abertura da 36ª Couromoda – Feira Internacional de Calçados, Artigos Esportivos e Artefatos de Couro, em São Paulo, que o governo vai adotar novas medidas para conter no país os efeitos da crise global. Acompanhado da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que mostrou novo visual, Lula afirmou que o governo está trabalhando com governadores e prefeitos das capitais e que vai divulgar novas ações em janeiro.

O presidente evitou, porém, dar detalhes e explicou que anunciar antecipadamente pode ser 'nefasto'. No domingo, Lula se reuniu com Dilma e com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para se inteirar da situação econômica do país durante o período em que esteve de férias. Já é certo que o governo vai lançar um pacote de incentivo para a habitação e a construção civil. Deve ampliar o crédito às exportações e aumentar os recursos do BNDES para a indústria e a infraestrutura. Lula disse ainda que o compromisso com o crescimento econômico é também de governadores e dos prefeitos. Na abertura, estavam a governadora Yeda Crusius, o governador José Serra, de São Paulo, e o prefeito da capital paulista, Gilberto Kassab. 'Se não tomarmos a iniciativa de fazer as coisas acontecerem nesse primeiro trimestre, poderemos correr o risco de fazer com que a crise chegue aqui mais forte do que deveria chegar'. Após ganhar um par de sapatos, Lula brincou de arremessá-los nos jornalistas que o acompanhavam, invertendo a situação vivida pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, no Iraque.

Até o dia 15, a Couromoda deverá fechar R\$ 6 bilhões em negócios. No espaço ampliado,

neste ano, estão fábricas de 18 municípios gaúchos. A área, de 1.288 m<sup>2</sup>, é coordenada pela Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha, em parceria com o Sebrae/RS e a Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais.

CORREIO DO POVO

## GM dispensa 797 funcionários em SP

São Paulo — O vice-presidente da GM do Brasil, José Carlos Pinheiro Neto, confirmou ontem o desligamento de 797 funcionários temporários da unidade de São José dos Campos (SP). O executivo informou que novas demissões não estão descartadas, dependendo 'unicamente do comportamento do mercado brasileiro'. Segundo o executivo, se o mercado reagir positivamente, nos próximos meses, a preferência nas contratações será para estes temporários que estão sendo dispensados.

CORREIO DO POVO

## Sindisaúde ingressa junto ao MP

O Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado (Sindisaúde/RS) ingressou ontem com representação no Ministério Público pedindo a investigação de supostas ameaças e pressões sofridas pelos funcionários para que encerrassem a paralisação iniciada sexta-feira em hospitais da Ulbra. No mesmo dia, a categoria decidiu retornar ao trabalho após relatos de represálias das direções dos hospitais. A suspensão de parte dos atendimentos foi mantida apenas no Luterano, em Porto Alegre, onde um grupo permanece acampado em frente ao prédio.

O presidente do Sindisaúde/RS, João Menezes, afirma que a representação busca denunciar 'práticas antissindicais', passíveis de punição, adotadas pelas administrações dos estabelecimentos. Casos de demissão também preocupam. Segundo o Sindisaúde/RS, a adesão de trabalhadores à paralisação no Luterano chega a 60%, mas os atendimentos não foram interrompidos.

Procurada, a direção da Ulbra não se manifestou sobre o assunto.

CORREIO DO POVO

## Fórum Social bate recorde de investimento público no Pará

Governos federal, estadual e municipal gastam R\$ 145,3 mi com obras em Belém. Em 2005, foram gastos R\$ 10 mi no RS; governadora petista diz se identificar com a ideologia do encontro, que começa no dia 27 de janeiro.

JOÃO CARLOS MAGALHÃES

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BELÉM

A edição deste ano do Fórum Social Mundial, que começa no próximo dia 27, em Belém (PA), atrairá o maior volume de investimentos estatais desde a criação do encontro, no qual se reúnem organizações de esquerda de todo o mundo.

Para capacitar a capital paraense de infraestrutura, segurança e atendimento médico adequado aos mais de 80 mil participantes já inscritos, os governos federal e estadual e a prefeitura gastarão ao menos R\$ 145,3 milhões.

Segundo a Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), o recorde

anterior pertencia à última edição feita no Brasil, a de Porto Alegre (RS) em 2005, que teve 155 mil participantes e recebeu cerca de R\$ 10 milhões de recursos públicos.

Segundo os organizadores do fórum, o gasto deste ano ajudará a sanar uma série de falhas no serviço público de Belém -uma das capitais com pior saneamento básico do país, e que tem altos índices de violência e um caos crescente no trânsito.

"O fórum se pauta pela lógica de não fugir desses problemas. Se não fosse assim, todas as edições teriam sido feitas em Paris", disse Moema Miranda, do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), uma das organizações fundadoras do encontro. "Foi [um resultado] muito positivo, uma forma de apoio diferenciada."

Segundo ela, é errado pensar que o dinheiro público será usado apenas para promover uma reunião de entidades de esquerda, já que as melhorias devem ser duradouras. "O governo não vai gastar com passagem de avião de ninguém."

"Quando soubemos que o fórum viria para cá, isso foi motivo de alegria, mas também de preocupação", afirmou à Folha a governadora Ana Júlia Carepa (PT). "Por isso apresentamos uma proposta [de investimentos] ao governo federal já em 2007", disse ela. Para Ana Júlia, tanto ela quanto o governo federal têm "identidade" com o direcionamento ideológico do encontro, o que facilitou a liberação dos recursos. Ela afirmou que parte das reformas não ficará pronta a tempo. "Mas elas [obras] ficarão para as comunidades."

O dinheiro para policiamento, cerca de R\$ 52 milhões, chega em um momento em que o Estado enfrenta uma crise política na segurança pública. Na sexta-feira, o então comandante da Polícia Militar, Luiz Cláudio Rufeill, deixou o cargo, após a morte, em assaltos, de um procurador do município e de um médico.

A governadora nega haver crise. Para ela, só haverá problemas na segurança se "forças da oposição tentarem forjar alguma coisa".

FOLHA DE SP

## Venda de jornal de SC para a RBS é alvo de ação

PABLO SOLANO

DA AGÊNCIA FOLHA

O Ministério Público Federal em Santa Catarina ingressou com ação civil pública para anular a venda do jornal "A Notícia", de Joinville, para o grupo RBS. Segundo a Procuradoria, a RBS se tornou dona de quatro diários catarinenses. A ação quer ainda obrigar a RBS a vender 4 de suas 6 emissoras de TV em SC.

O Cade (Conselho de Defesa Econômica), que autorizou a venda, também vai responder ao processo, assim como o ex-controlador do jornal, Moacir Thomazi.

A RBS é acusada de obrigar distribuidores e vendedores de jornais a não comercializarem publicações de outras empresas.

A RBS diz que "todas as operações e veículos do grupo em Santa Catarina atendem minuciosamente às especificações legais". Thomazi afirma que todas as questões jurídicas do negócio são de responsabilidade do comprador.

FOLHA DE SP

## Polícia tem papel que revela divisão de verba no TJ-ES

Dinheiro repartido entre quadrilha seria obtido com exploração indevida de cartório no interior do Estado, afirma investigação

Fraude seria cometida com a colaboração do presidente afastado do TJ, segundo PF; advogado diz não ter tido acesso a novos documentos

ANDRÉA MICHAEL

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Documento apreendido pela Polícia Federal durante a Operação Naufrágio, que teve como alvo um suposto esquema de venda de sentenças instalado no Tribunal de Justiça do Espírito Santo, revela a forma pela qual o grupo investigado pretendia dividir recursos desviados de um cartório de registros recém-inaugurado na cidade de Cariacica (ES).

De acordo com a investigação do Ministério Público Federal e da PF, a fraude seria cometida com aval e colaboração do presidente afastado da instituição, desembargador Frederico Pimentel, que perdeu o cargo após ser preso, em 9 de dezembro, na operação. O documento "contábil" foi apreendido com Leandro Sá Fortes, namorado de Roberta Schaider Pimentel, filha do desembargador afastado. Ambos são servidores da Justiça do Espírito Santo e tinham cargos comissionados no tribunal, dos quais foram exonerados. No momento em que a equipe de policiais se aproximou de Fortes, ele rasgou e jogou papéis pela janela. Reconstituído, um dos documentos descreve a forma de divisão do dinheiro que, segundo a investigação, seria obtido com a exploração indevida de um cartório de Cariacica, criado em junho passado.

Então presidente do TJ, Pimentel não aguardou a conclusão de concurso para selecionar o responsável pelo novo cartório. Por indicação de Fortes, dizem os investigadores, nomeou em decisão individual Felipe Sardemberg Machado.

A medida, considerada ilegal, foi revogada pelo Conselho da Magistratura, que, em reunião de 5 de janeiro, entendeu ser necessária a apreciação do colegiado. Machado foi demitido, e o cartório, fechado.

Com Fortes a PF também encontrou notas promissórias em branco assinadas por Machado, o que poderia indicar que o servidor buscava garantia para eventuais pagamentos que lhe teriam sido prometidos.

Além de Pimentel, a Naufrágio levou à prisão, sob acusação de integrar o grupo que negociava sentenças no TJ-ES, os desembargadores Josenider Varejão Tavares e Elpídio José Duque, o juiz Frederico Schaider Pimentel, a servidora do tribunal Barbara Sarcinelli e os advogados Paulo Duque e Pedro Celso Pereira.

Afastados dos cargos, eles foram notificados em 7 de janeiro para apresentar sua defesa em 15 dias. O inquérito tramita no Superior Tribunal de Justiça.

Constam do material analisado pela PF gravações encontradas na casa de Fortes que confirmam fraudes em concursos feitos pelo tribunal. Em uma delas, Fortes conversa com sua namorada, Roberta, que reafirma a existência de cartas marcadas nas provas. A dupla diz que passou por mérito, mas que é possível chegar ao mesmo fim por outros meios.

Outro lado

Advogado da família Pimentel, José Gerardo Grossi disse que não poderia se manifestar sobre os documentos e eventuais gravações apreendidos na operação porque ainda não teve acesso ao material.

"Falaremos sobre o assunto tão logo tenhamos acesso aos novos documentos anexados aos autos no STJ", disse Grossi.

Nomeado como responsável pelo cartório, Felipe Sardemberg Machado não foi localizado pela Folha. Leandro Sá Fortes e sua namorada também não foram encontrados.

FOLHA DE SP

## GM faz 1º grande corte de vagas do setor automotivo

Montadora anuncia demissão de 744 funcionários temporários de sua fábrica em São José dos Campos devido à queda nas vendas

Medida ocorre após adoção de férias coletivas para mais de 40% da força de trabalho nas fabricantes de veículos; sindicato convoca assembleia

FÁBIO AMATO

DA AGÊNCIA FOLHA, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

A GM demitiu ontem 744 funcionários temporários de sua fábrica de São José dos Campos (91 km de SP), no Vale do Paraíba. É a primeira demissão em massa entre as montadoras de carros instaladas no Brasil registrada depois do agravamento da crise financeira internacional, em setembro.

Em nota, a empresa informou que a medida acontece "em decorrência da diminuição da atividade industrial em geral e, particularmente, no setor automobilístico", reflexo da crise global. E justificou que, "diante dessa nova conjuntura de mercados", precisa adequar os níveis de produção com a demanda prevista.

A GM ainda diz no documento que vai dar prioridade na contratação dos mesmos trabalhadores "caso haja uma retomada dos volumes de vendas". De acordo com o secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São José, Luiz Carlos Prates, a maioria dos trabalhadores demitidos havia sido contratada na metade de 2008, com a abertura de um segundo turno de produção do Corsa. O contrato deles só venceria em julho, e havia possibilidade de renovação por mais um ano.

Prates informou que, por serem trabalhadores temporários, os demitidos não terão direito a multa de 40%, aviso prévio e seguro-desemprego. Por outro lado, vão receber férias, 13º salário e um valor que equivale a 50% do total de salários até o fim do contrato.

Na sexta, segundo Prates, a GM já havia anunciado que não renovaria os contratos de 58 temporários da fábrica de São José que venciam naquele dia.

Com os cortes, segundo ele, não há mais temporários na planta.

A unidade tinha 9.300 funcionários e passa a contar com cerca de 8.500. Ao todo, a GM conta com cerca de 15 mil trabalhadores somente nas linhas de montagem no país.

"Isso é uma demissão em massa, porque os contratos de trabalho não terminaram agora e ainda poderiam ser renovados por mais um ano. A empresa escolheu demitir os temporários porque fica mais barato", disse Prates. Segundo ele, o sindicato fará uma assembleia hoje com funcionários da GM de São José para discutir o corte.

A decisão da GM acontece depois de seguidos anúncios de férias coletivas entre as montadoras a partir de outubro do ano passado, quando houve o agravamento da crise e, com ela, a diminuição do volume de dinheiro disponível para financiamentos, principal modalidade de compra de automóveis.

Com a queda na venda de carros, os estoques aumentaram, o que obrigou as montadoras a diminuir o ritmo de produção. Somente em dezembro, as férias coletivas anunciadas atingiram pelo menos 47 mil funcionários em todo o Brasil, ou cerca de 42% da força de trabalho no setor de autoveículos (que exclui as máquinas agrícolas), que contava, na época, com 110 mil empregados.

Em novembro, o setor automotivo registrou a primeira queda no nível de emprego no ano de 2008 (480 vagas foram cortadas naquele mês). Em dezembro, o número de demissões subiu para 3.208. Antes da GM, a Volvo já havia anunciado a demissão de 430 trabalhadores de sua fábrica de Curitiba. A empresa, porém, fabrica apenas caminhões.

FOLHA DE SP

## Com 2.500 temporários, empresa não descarta mais demissões

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Por conta da queda no mercado automotivo, a GM não descarta realizar novas dispensas de empregados temporários. A montadora conta ao todo com 2.500 funcionários com contratos provisórios.

"Não dá para garantir [a manutenção de empregos]. Isso quem define é o mercado", afirma o vice-presidente da GM do Brasil, José Carlos Pinheiro Neto. "O que podemos dizer é que, por enquanto, não pretendemos mexer em nada."

De acordo com ele, as férias coletivas foram insuficientes para completar os ajustes necessários na produção, daí a necessidade de deixar de renovar os trabalhadores temporários.

Apesar da dispensa, a GM afirma que os investimentos de US\$ 500 milhões na fábrica de São José dos Campos até 2011 estão mantidos.

Para este ano, a GM trabalha com um cenário de queda de 10% nas vendas em relação ao ano passado.

Apesar da redução no IPI sobre os carros novos, o comportamento do mercado automotivo após a retirada do benefício, em março, é imprevisível, diz Pinheiro Neto. "Por enquanto, precisamos aproveitar a retomada que já houve nas vendas."

Em dezembro, após dois meses de retração, as vendas se recuperaram, com alta de 9,4% sobre o mês anterior. Contra dezembro de 2007, porém, houve decréscimo de 19,7%.

FOLHA DE SP

## Setor não tem motivo para demitir, diz CUT

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Após encerrar o ano passado com recorde de vendas, as montadoras não têm motivos para demitir, diz o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Artur Henrique.

"O setor automotivo teve uma situação de recorde vendas e acumulação de lucros. É claro que há condições para superar a crise com outras medidas", afirma.

De acordo com ele, os sindicatos ligados à CUT estão orientados a buscar com as empresas formas alternativas de ajuste da produção que evitem demissões, como renovação de férias coletivas.

"O que temos para este ano é uma redução nas expectativas de crescimento das vendas, e não uma queda de mercado propriamente dita. Diante disso, realizar demissões é uma incoerência", afirma Artur Henrique. "Não vamos permitir que essa crise internacional venha a servir de pretexto para que qualquer empresa comece a demitir", ressalta.

FOLHA DE SP

## Definição de novas ações e políticas preventivas de segurança do trabalhador

Em prol da sustentabilidade da Previdência Social e da melhor qualidade de vida dos segurados, o Ministério da Previdência Social planeja realizar, ao longo deste ano, a

discussão e a definição de novas ações e políticas preventivas em saúde e segurança do trabalhador.

Em 2009, estão previstos investimentos em campanhas educativas, estudos e pesquisas, com o intuito de reduzir acidentes e aprimorar as condições de trabalho. A integração das bases de dados dos setores de empresas é outro objetivo. Além disso, devem ser criadas linhas de crédito especiais e outras políticas de benefícios, para incentivar a compra de equipamentos e, com isso, melhorar o ambiente de trabalho.

#### Comissão tripartite

Em maio de 2008, foi criada, pelos ministros da Previdência Social, da Saúde e do Trabalho e Emprego, a Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho, com o objetivo de criar uma política nacional de prevenção de acidentes. Ela é composta por membros do governo, representantes de trabalhadores e empresários.

Este ano, a comissão começará a implantar um plano de ação. Os setores do transporte rodoviário de carga e da indústria da construção foram priorizados, pois concentram o maior número de acidentes e mortes. Juntos, os dois segmentos são responsáveis por 28% da mortalidade no País e por 18% de incapacidades permanentes no trabalho.

#### Negociações coletivas

Na última reunião da comissão, em novembro, seus membros decidiram fortalecer as negociações coletivas, estabelecendo diálogo permanente entre empregadores e trabalhadores, atuando na revitalização das Cipas (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) e definindo metas de curto, médio e longo prazos para a redução de acidentes. Foram negociados ainda o aperfeiçoamento e a ampliação da legislação, visando a esses dois objetivos, com a reavaliação do conteúdo de SST (Saúde e Segurança do Trabalho) e a maior coordenação das ações de fiscalização do Ministério do Trabalho e Vigilância em Saúde do Trabalhador.

O diretor de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional, Remigio Todeschini, acredita que o processo de diálogo social e a definição de ações e políticas preventivas em SST em andamento na comissão serão determinantes para a redução do "intolerável" número de mortos e inválidos que o Brasil produz diariamente nas principais atividades econômicas do País.

#### Convenção da OIT

A criação da comissão atende à exigência da Convenção 187, da Organização Internacional do Trabalho, que orienta os países signatários a desenvolver políticas nacionais em Saúde e Segurança no Trabalho, a instituição de sistemas de SST, de forma tripartite, e de programas em SST, além do desenvolvimento de culturas de prevenção.

A comissão também se enquadra no plano de ação global em saúde do trabalhador, da OMS (Organização Mundial de Saúde). Em sua 60ª assembleia mundial, a OMS concluiu que é necessário elaborar e aplicar instrumentos normativos sobre saúde do trabalhador, com atenção ao local de trabalho e integração entre a questão da saúde do trabalhador e políticas governamentais.

Na comissão, os empresários são representados pelas confederações nacionais do Comércio, Indústria, Agricultura e Pecuária, Transporte e Instituições Financeiras. Os trabalhadores participam com representações da CUT (Central Única dos Trabalhadores), da Força Sindical, da CGT (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), da UGT (União Geral dos Trabalhadores) e da Nova Central Sindical dos Trabalhadores. (Fonte: InfoMoney)

## Lula contrata 62% mais servidores públicos que FHC

Governo Lula emprega 62% mais servidores do que o de Fernando Henrique Cardoso e também eleva os salários. Política do ex-sindicalista torna seleções públicas constantes e atraentes financeiramente

Oriundo da área sindical, Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o Governo em 2003 prometendo resgatar a força de trabalho nos órgãos públicos. Até setembro passado, o preenchimento de vagas era 62% maior do que nos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Mas a política do Partido dos Trabalhadores está longe da aprovação unânime entre o funcionalismo. Reclamações salariais e críticas sobre as prioridades nas contratações persistem.

A AGU (Advocacia-Geral da União) está fazendo concursos praticamente todos os anos, não por conta da criação de vagas, mas da evasão de advogados devido ao distanciamento remuneratório entre nós, o Ministério Público da União e a magistratura, avalia Júlio César Borges, diretor financeiro da União dos Advogados Públicos Federais do Brasil (Unafe). Segundo relatório da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, entre 2003 e 2007, a média anual de vagas autorizadas para seleções públicas foi de 19 mil. No ano passado, as autorizações chegaram a 43.044.

O aumento recente na oferta de vagas deve-se a dois motivos: a substituição de terceirizados e o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). No ano passado, das 43.044 vagas autorizadas, 30.284 foram destinadas ao Ministério da Educação, que vai expandir as instituições federais de ensino e abrir universidades.

Os postos são de professores e funcionários de apoio. Professor de economia da Fundação Getúlio Vargas, Nelson Marconi não concorda com a partilha. Há áreas carentes de pessoal, como a de fiscalização, mas o governo Lula exagerou na dose dando prioridade às áreas administrativas, avalia.

O pacote de autorizações de 2008 reservou 3.873 vagas para substituição de terceirizados. Entre os órgãos que precisam regularizar o quadro de funcionários está a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Em junho passado, o órgão recebeu aval do Planejamento para contratar 419 profissionais por meio de concurso. O edital da seleção não foi divulgado no prazo estabelecido e a Funasa ganhou mais um semestre.

Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Marcelo Viana ressalta que a substituição de terceirizados é uma regularização de pessoal, fruto de acordos com o Ministério Público do Trabalho. O terceirizado irregular é uma força de trabalho que viceja na sombra, fora da folha de pessoal, define.

Nelson Marconi complementa a explicação. Segundo o professor da FGV, a contratação irregular de funcionários pelos órgãos públicos é herança de FHC, que priorizou a entrada de técnicos de nível superior. As áreas operacionais ficaram com um mecanismo de contratação intermediária, sem a estabilidade do funcionalismo. Muitos órgãos públicos acabaram recorrendo a consultorias e prestadores de serviço, explica.

Exagero

Marconi credita a Lula os salários superfaturados. Segundo o professor de economia, os valores já eram, em geral, superiores aos da iniciativa privada no Governo FHC. Hoje, o teor dos contracheques não tem sequer uma justificativa técnica. Há a estabilidade, a aposentadoria integral devido aos fundos de pensão e tem gente com salário inicial de R\$ 15 mil reclamando que ganha pouco, critica.

Diretor da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo da Silva acredita que, no quesito remuneração, o governo atual desbanca o antecessor.

Antes, fazíamos greves para tentar iniciar um processo de negociação. Hoje, eles estão instalados. Do ano passado até 2011, há R\$ 48 bilhões negociados, compara. Segundo Sérgio, esse acordo vai beneficiar 1,5 milhão de funcionários públicos, entre ativos, inativos e pensionistas.

Vimos de um governo que falava de demissão voluntária. Por isso, as coisas melhoraram. Não é o ideal, mas é um bom começo, avalia o sindicalista. (Fonte: Correio Braziliense)

## Propostas contra demissões dividem entidades sindicais

Com a maior parte dos empregados das fábricas ligadas ao setor automotivo voltando ao trabalho hoje, após o fim das férias coletivas concedidas no final do ano passado, os sindicatos começam a discutir alternativas que evitem um grande número de demissões. Entretanto, as medidas a serem adotadas dividem as duas maiores centrais sindicais do país, a Força Sindical e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

As entidades, que ensaiaram uma aproximação em 2008 após anos de divergências políticas, voltaram a campos opostos na proposição de alternativas aos cortes de vagas. O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira, admitiu até, em último caso, a redução da jornada com diminuição de salários, "dependendo da situação da empresa, e desde que haja uma negociação prévia entre a empresa e os trabalhadores, e com o sindicato".

Outros recursos propostos por Pereira são as licenças remuneradas, férias coletivas, e redução das horas trabalhadas, destacou o sindicalista em reunião com o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, realizada na última sexta-feira.

A Força Sindical estima que, caso não sejam tomadas medidas de contenção, poderá haver uma "enxurrada de demissões" com potencial de atingir até 3 milhões de empregos no primeiro trimestre, o que equivaleria a 10% do total de empregos com carteira assinada no País.

Já Artur Silva, presidente da CUT, considerou este número "alarmista e catastrófico", e refutou a redução de jornada com corte de salários como alternativa à demissões.

"Nossa avaliação é que a cada 1% de redução do PIB (Produto Interno Bruto) equivale a 400 mil empregos perdidos ou não-gerados", afirmou, acrescentado que "mesmo que haja uma redução de 2% no PIB de 2009, por exemplo, estaríamos falando em 800 mil empregos perdidos, não em 3 milhões".

Ele avalia que as principais alternativas que os empresários dispõem antes de demitir são a utilização de bancos de horas, férias coletivas por períodos maiores durante a crise, diminuição de horas extras e redução de custos dos contratos de terceirização.

Silva considera que é necessário avaliar qual a real situação financeira das empresas antes de discutir medidas, pois "várias destas empresas obtiveram redução de impostos e tributos por parte dos governos estaduais e federal, e tem acesso a financiamentos em bancos públicos, e agora elas têm que dar contrapartida de garantia de emprego, se realmente utilizaram desses benefícios".

Ele criticou a proposta de acordo feita na reunião entre Fiesp e Força Sindical, afirmando que "o problema dos acordos 'guarda-chuva' é que eles trazem para uma mesma negociação empresas diferentes, que foram impactadas de maneira diferente pela crise".

Paulo Pereira destacou que será realizada uma nova reunião amanhã, na Fiesp, que deverá contar com outros sindicatos e com mais empresários, para avaliar "todas as medidas possíveis, dentro da lei, para evitar demissões".

A diretoria da CUT se reúne hoje, e na pauta de discussões deve avaliar se participará ou não da reunião de amanhã. Mas Silva já adiantou que não comparecerá "se não houver fato novo, pois para discutir o que já está previsto em lei não precisamos estar lá e participar".  
(Fonte: Gazeta Mercantil)

## Empregos: País cortou 600 mil vagas em dezembro

Dezembro deverá se confirmar como um desastre histórico para o mercado de trabalho. O Brasil poderá ter perdido cerca de 600 mil vagas, o dobro do que normalmente é registrado pelo Ministério do Trabalho nessa época do ano, quando muitos temporários são dispensados. Os dados serão divulgados oficialmente nos próximos dias pelo ministro da pasta, Carlos Lupi, que por ora não confirma o fraco desempenho da economia.

Fontes com acesso a Lupi chegaram a estimar que os cortes teriam chegado à casa de 600 mil vagas em dezembro, apenas levando em conta os dados do Cadastro Geral de Empregados e Demitidos (Caged).

Em dezembro de 2007, o Caged, que compila os dados sobre o mercado formal de trabalho, registrou o fechamento de 319,4 mil vagas, desempenho muito semelhante ao de igual mês de 2006. No governo Lula, o pior dezembro até agora foi o de 2004, com fechamento de 352,1 mil vagas.

Reportagem publicada ontem pelo Estado mostrou que, pressionada por estoques elevados e queda nas vendas, quase um terço da indústria brasileira pretende reduzir o número de empregados até fevereiro. A estimativa foi feita pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Além do corte de postos de trabalho, o País enfrenta outro problema, o número crescente de anúncios de férias coletivas. Atualmente o total de empregados nessa situação passam de 150 mil. Eles estão ligados a empresas dos setores de siderurgia, mineração, autopeças, metalurgia, papel de celulose e agroindústria, entre outros.

A reação do mercado de trabalho diante da crise internacional é também a grande preocupação do Governo. Não à toa, já foram anunciadas medidas para desonerar o setor automotivo - um dos mais atingidos pelo momento delicado da economia e cuja cadeia produtiva é altamente geradora de empregos - e estimular o consumo, como a redução do Imposto de Renda para Pessoa Física (IRPF).

Na mira da equipe econômica agora está o setor de construção civil, um dos mais intensivos em mão-de-obra que também sofre o impacto da retração de crédito provocada pela crise. No pacote habitacional em gestação, o governo discute medidas como a desoneração de material de construção popular e a elevação do valor de financiamento da casa própria com utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de ampliação da oferta de financiamentos.

No caso das desonerações, o espaço do governo está limitado pelo impacto negativo da desaceleração da atividade econômica na arrecadação federal.

Já em relação ao FGTS, há um relativo consenso dentro do governo sobre a necessidade de se elevar o valor do imóvel que poderá ser adquirido com os recursos do Fundo, mas a cifra ainda não está fechada. (Fonte: O Estado de S.Paulo)

## OAB pede investigação sobre suspeita de venda de sentenças no Judiciário do MA

Denúncias feitas pelo desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, do TJ-MA (Tribunal de Justiça do Maranhão), que apontam o comércio de sentenças no Judiciário do Estado geraram manifestação da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). A seccional do Maranhão está ingressando com uma representação na corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que pede a instauração de procedimentos para apurar as possíveis irregularidades.

De acordo com informações da OAB, as declarações do desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo são de que pelo menos quatro juízes do Estado estão envolvidos com o comércio de sentenças, prática que se tornou mais nítida nas últimas eleições municipais. O TRE-MA (Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão) divulgou nota constatando que, até o momento, nenhuma representação foi formalizada contra qualquer juiz eleitoral, mas divulgou dados de que as denúncias formuladas pela imprensa local foram objeto de discussão durante reunião plenária realizada na última quarta-feira (7/1) no TJ.

O desembargador afirma que um político chegou a exigir, na própria sede do TRE-MA que a devolução de uma quantia repassada a um juiz — cerca de R\$ 200 mil — porque este não teria cumprido um acordo, deixando de proferir uma decisão favorável aos seus interesses político-eleitorais.

Antonio Bayma Júnior ainda relatou que o fato teria sido presenciado pelo próprio procurador regional eleitoral da República, que ao invés de adotar as providências cabíveis diante da gravidade do caso, pediu apenas que o juiz devolvesse o dinheiro ao político, dando o caso por encerrado.

Segundo a OAB, a mesma representação está sendo protocolada nos seguintes órgãos: Procuradoria Regional da República, corregedorias do TRE e TJ, além da superintendência da Polícia Federal.

Nota

O TRE do Maranhão publicou esclarecimento de que todas as medidas cabíveis já estão sendo tomadas com o intuito de investigar e apurar as denúncias e notícias veiculadas pelos diversos meios de comunicação que relatam fatos e acontecimentos graves envolvendo magistrados que se encontram investidos na função de juízes eleitorais.

Em nota, o tribunal eleitoral explicou que não tem competência para investigar os seus pares, pois não há previsão regimental e nem hierarquia entre seus integrantes. Por essa razão, todas as matérias jornalísticas e documentos que possam auxiliar na apuração dos fatos já foram encaminhados ao ministro Félix Fischer, corregedor-geral eleitoral do TSE (Tribunal Superior Eleitoral).

ÚLTIMA INSTANCIA

## Prefeito de Manaus dá cargo para filha de juiz do TRE-AM

O prefeito de Manaus (AM), Amazonino Mendes (PDT), nomeou como diretora-presidente de uma fundação uma filha do presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Amazonas, cujos juízes decidirão sobre um recurso que tenta impedir a cassação do prefeito. Segundo reportagem da jornal Folha de S. Paulo, o desembargador Ari Moutinho julgará o recurso se houver empate entre os outros seis juízes do tribunal.

## ÚLTIMA INSTANCIA

### Projeto acaba com o monopólio dos Correios e Telégrafos

BRASÍLIA - A Câmara avalia o fim do monopólio da União sobre o transporte e a entrega de cartas e cartões-postais para localidades ou em horários não atendidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). A medida está prevista no Projeto de Lei 3677/08, do deputado Regis de Oliveira (PSC-SP).

A proposta altera a Lei dos Serviços Postais (Lei 6.538/78) e modifica também as definições de "carta" e "impresso" constantes da atual legislação, permitindo que correspondências como revistas, contas e extratos bancários deixem de ser monopólio dos Correios. O objetivo, segundo o autor, é aumentar a competitividade e a eficiência do setor postal brasileiro.

De acordo com o texto, também poderão ser entregues por outras empresas as cartas e os cartões que sejam enviados para pessoas que estejam em endereços não fixos, como hotéis ou aeroportos.

Poderão ser entregues por empresas privadas, ainda segundo o projeto, as cartas e cartões-postais enviados de ou para endereços não atendidos pela ECT; entregues em horários ou datas não atendidos pelos Correios; executados em regime de rastreamento e urgência não oferecidos pelos Correios; ou executados em endereços não fixos, tais como hotéis e aeroportos.

#### Regulamentação

O autor da proposta lembra que a Lei 6.538/78 regula o monopólio de exploração dos serviços postais e estabelece as normas para a distribuição de carta, cartão-postal, telegrama e correspondência agrupada, além de excluir do regime de monopólio as pequenas encomendas e impressos.

Regis Oliveira lembra que a lei determinou o prazo de um ano para sua regulamentação, feita no Decreto-Lei 83.858/79, que definiu carta, impresso e correspondência agrupada e as exceções ao monopólio. No entanto, como o decreto foi revogado, essa situação criou "uma lacuna legal que resultou em inúmeras disputas judiciais entre a ECT e as empresas privadas que operam o serviço postal", acrescenta Oliveira.

#### Constitucionalidade

Atualmente, o Supremo Tribunal Federal (STF) julga a legalidade do monopólio do serviço postal exercido pelos Correios. O caso é discutido em uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 46) ajuizada em 2003 pela Associação Brasileira das Empresas de Distribuição (Abraed), que defende o direito de as instituições privadas atuarem no mercado.

De acordo com informações publicadas no site do Supremo, sete ministros já votaram, mas o julgamento foi interrompido em junho de 2008 porque um dos magistrados pediu vista do processo. Cinco ministros já se manifestaram a favor da manutenção do monopólio. Um deles votou pela quebra parcial do monopólio (apenas para entregas comerciais), outro pela liberalização do mercado. Faltam ainda os votos de quatro integrantes do tribunal.

Para Regis de Oliveira, a idéia de que somente uma única empresa, controlada pela União, tenha **exclusividade** absoluta na entrega de correspondência de qualquer natureza "constitui um aspecto jurídico que não é compatível com as economias modernas, competitivas, livres e globalizadas do século XXI".

O deputado ressalta que, se a atividade postal privada for considerada ilegal, cerca de 15 mil empresas, que empregam em torno de um milhão e meio de trabalhadores, poderão fechar as portas, "podendo conduzir o País a um 'apagão' nas comunicações".

Tramitação

O projeto será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de **Desenvolvimento Econômico**, Indústria e Comércio; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

[http://www.dci.com.br/noticia.asp?id\\_editoria=3&id\\_noticia=268983](http://www.dci.com.br/noticia.asp?id_editoria=3&id_noticia=268983)

## Flexibilização só com garantia de emprego, diz CUT

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique da Silva Santos, sinalizou a disposição de discutir a flexibilização dos contratos de trabalho, contanto que o empresariado ofereça como contrapartida a garantia dos empregos.

A notícia é do jornal O Estado de S. Paulo, 13-01-2009.

“Temos a predisposição de discutir a desoneração da folha, jornada flexível, diminuição da jornada no período de crise. Temos a disposição de discutir isso, mas tem de ter uma contrapartida, que é a garantia do emprego”, disse.

O presidente da CUT informou que não deve participar da reunião de hoje entre a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Força Sindical. “Eles estão discutindo a utilização do mecanismo de suspensão do contrato de trabalho, que já é possível. Portanto, você não precisa fazer uma reunião para referendar aquilo que já existe”, criticou Henrique.

ULTIMA INSTANCIA

## Gerdau altera turnos em Charqueadas e deve demitir em Sapucaia do Sul

A Gerdau adotou novas medidas como parte de ajustes feitos desde dezembro para adaptar a produção aos efeitos da crise financeira mundial sobre a demanda. Na Aços Especiais Piratini, em Charqueadas, a mudança foi no regime de trabalho, que passou a ter duas turmas, em vez de três.

A reportagem é de Sandra Hahn e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 13-01-2009. Na Gerdau Riograndense, em Sapucaia do Sul, o grupo informou que serão demitidos alguns funcionários, sem detalhar o número. Entre os funcionários, circulou a previsão de que haverá 40 demissões hoje, de um total que pode passar de 120. Os metalúrgicos terão reunião com a empresa na próxima semana.

A Riograndense tem cerca de 1.200 empregados. Conforme a Gerdau, a decisão foi adotada “após a tomada de uma série de medidas para reduzir custos e adequar a produção à menor demanda por aço”. A Gerdau Riograndense havia antecipado manutenções e adotado férias entre 15 de dezembro e 4 de janeiro.

Na Piratini, a mudança reduziu as turmas de trabalho de três para duas em áreas industriais, mantendo os mesmos dois turnos. Com isso, o adicional de turno pago aos funcionários envolvidos na mudança caiu de 15% para 6% sobre a remuneração, explicou o grupo. A Gerdau ressaltou que a medida não resultará em demissões e será feita mediante antecipação de férias. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Charqueadas, Jorge

Luiz Silveira de Carvalho, disse que a modificação está legalmente amparada nos contratos de trabalho, mas o ideal é que fosse negociada antes com a categoria.

AGENCIA ESTADO

## Trabalhadores estão preocupados com demissões na BrT

Na última quinta, BrT teve sua venda oficializada para a Oi; presidente da Fittel não garante atuais empregos

Gerusa Marques - da Agência Estado

BRASÍLIA - Sindicatos dos trabalhadores em empresas de telefonia estão preocupados com a possibilidade de demissões na Brasil Telecom (BrT), que na última quinta-feira teve sua venda oficializada para a Oi. O presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fittel), Joaquim Alves, disse à Agência Estado que o compromisso assumido pela Oi de manutenção do mesmo número de postos de trabalho até abril de 2011 não é garantia de manutenção dos atuais empregos.

Na avaliação de Alves, a empresa poderá até demitir e contratar outros funcionários, com salários menores, e mesmo assim manterá o mesmo número de postos de trabalho. "Isso não podemos aceitar", afirmou Alves, que quer ter garantias do próprio presidente da Oi, Luiz Eduardo Falco, de que não haverá demissões. Falco percorrerá nesta semana as unidades regionais da BrT para falar aos executivos da empresa sobre os planos de expansão da nova Oi.

O presidente da Fittel explicou que os maiores problemas estão nos setores administrativos, como as áreas financeira e comercial, em que haverá duplicidade entre Oi e Brasil Telecom. De acordo com Alves, a maior parte dos cerca de 7 mil empregados da BrT estão nessas áreas, já que o setor de engenharia da empresa foi quase todo terceirizado.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações do Distrito Federal (Sintel-DF), Brígido Ramos, disse que, nos últimos dias, o sindicato tem recebido diversos telefonemas de funcionários da BrT, dizendo que as demissões são iminentes. Muitos deles, relatou Ramos, estariam sendo pressionados a se mudar para São Paulo, para onde a Oi está se expandindo desde o ano passado.

A Brasil Telecom atua no Distrito Federal e em nove Estados, nas regiões Sul, Centro-Oeste e parte do Norte. A nova empresa, fruto da fusão com a Oi, terá operação em quase todo o País, à exceção de São Paulo.

"Nem governo nem ninguém deu satisfação aos empregados", afirmou Ramos, lembrando que o compromisso de manter por três anos o mesmo número de postos de trabalho existentes em 1º de fevereiro de 2008 foi assinado com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no fim do ano passado.

"Queremos ter a garantia real de emprego, senão a empresa demite mil empregados e contrata o mesmo número para trabalhar em call center, ganhando R\$ 500", acrescentou. Segundo ele, os sindicatos vão se reunir nos próximos dias para traçar uma estratégia de mobilização e de negociação com a empresa. Ele não descarta recorrer ao Ministério Público para fazer valer o compromisso e evitar demissões.

O ESTADÃO

## Empregado não é indenizado por perda auditiva descoberta depois da demissão

Não cabe pedido de indenização por danos morais e materiais decorrentes de doença profissional quando existir quitação geral em acordo homologado judicialmente em reclamação trabalhista, sem qualquer ressalva. Este foi o entendimento aplicado pela 1ª Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho) ao caso de um metalúrgico que descobriu ter sofrido perda auditiva somente quando foi recusado em novo emprego devido ao problema. Os ministros acolheram recurso da KSB Bombas Hidráulicas e restabeleceu sentença que extinguiu o processo.

Segundo informações divulgadas pela assessoria do TST, o trabalhador alegou a impossibilidade de questionar a indenização por danos morais e materiais na primeira ação ajuizada, pois não sabia de sua incapacidade auditiva.

De novembro de 1999 a setembro de 2003, ele trabalhou para a KSB como macheiro manual, em contato com máquina trituradora de bolo de areia. Com perda de 30 a 45 decibéis na audição do ouvido direito, comprovada em exame fonaudiológico, o trabalhador afirmou que o equipamento de proteção utilizado era inadequado, obsoleto para obstar a ação do ruído.

A empresa dispensou-o sem justa causa apesar de ser membro de CIPA e ter estabilidade provisória em razão disso. Por meio de acordo, a rescisão foi homologada em juízo. O trabalhador deu quitação geral, sem ressalvas, das verbas devidas pela empresa.

### Ação

Na petição inicial, ele conta que a empresa, ao dispensá-lo, não fez o exame demissional, obrigatório no caso porque o trabalho era considerado insalubre. Por conta disso, o metalúrgico somente veio a saber da perda auditiva aproximadamente um ano depois da rescisão.

Ao analisar o caso, a 1ª Vara do Trabalho de Americana (SP) acolheu preliminar de coisa julgada levantada pela empresa e extinguiu o processo por entender que o acordo, celebrado em 2003 na Justiça do Trabalho, conferiu plena quitação às questões relativas ao extinto contrato de trabalho. O pedido de indenização por danos materiais e morais decorrentes de doença profissional estaria, de acordo com este entendimento, atingido pela conciliação anteriormente pactuada.

O trabalhador recorreu e o TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 15ª Região considerou que não havia coisa julgada quanto à indenização requerida e determinou o retorno dos autos à vara de origem para que julgasse o pedido. Para o tribunal, a indenização decorrente de doença profissional, embora vinculada à relação de emprego, possui natureza eminentemente civil. Assim, concluiu que esta matéria não integrou o pedido da reclamação anterior. A empresa, diante da decisão desfavorável, recorreu ao TST.

O relator do recurso de revista, ministro Lélío Bentes Corrêa, considerou o entendimento do TRT da 15ª Região contrariou a Orientação Jurisprudencial 132 do TST. O enunciado dispõe que acordo homologado judicialmente, em que o empregado dá plena e ampla quitação, sem qualquer ressalva, atinge não só o objeto da inicial, como também todas as demais parcelas referentes ao extinto contrato de trabalho. Segundo o ministro Lélío Bentes, sendo incontroverso o acordo, “não há como afastar a incidência da coisa julgada”.

## Projeto acaba com o monopólio dos Correios e Telégrafos

Na avaliação de Regis de Oliveira, a exclusividade estatal não é compatível com as economias modernas.

A Câmara avalia o fim do monopólio da União sobre o transporte e a entrega de cartas e cartões-postais para localidades ou em horários não atendidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). A medida está prevista no Projeto de Lei 3677/08, do deputado Regis de Oliveira (PSC-SP).

A proposta altera a Lei dos Serviços Postais (Lei 6.538/78) e modifica também as definições de "carta" e "impresso" constantes da atual legislação, permitindo que correspondências como revistas, contas e extratos bancários deixem de ser monopólio dos Correios. O objetivo, segundo o autor, é aumentar a competitividade e a eficiência do setor postal brasileiro.

De acordo com o texto, também poderão ser entregues por outras empresas as cartas e os cartões que sejam enviados para pessoas que estejam em endereços não fixos, como hotéis ou aeroportos.

Poderão ser entregues por empresas privadas, ainda segundo o projeto, as cartas e cartões-postais enviados de ou para endereços não atendidos pela ECT; entregues em horários ou datas não atendidos pelos Correios; executados em regime de rastreamento e urgência não oferecidos pelos Correios; ou executados em endereços não fixos, tais como hotéis e aeroportos.

#### Regulamentação

O autor da proposta lembra que a Lei 6.538/78 regula o monopólio de exploração dos serviços postais e estabelece as normas para a distribuição de carta, cartão-postal, telegrama e correspondência agrupada, além de excluir do regime de monopólio as pequenas encomendas e impressos.

Regis Oliveira lembra que a lei determinou o prazo de um ano para sua regulamentação, feita no Decreto-Lei 83.858/79, que definiu carta, impresso e correspondência agrupada e as exceções ao monopólio. No entanto, como o decreto foi revogado, essa situação criou "uma lacuna legal que resultou em inúmeras disputas judiciais entre a ECT e as empresas privadas que operam o serviço postal", acrescenta Oliveira.

#### Constitucionalidade

Atualmente, o Supremo Tribunal Federal (STF) julga a legalidade do monopólio do serviço postal exercido pelos Correios. O caso é discutido em uma Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 46) ajuizada em 2003 pela Associação Brasileira das Empresas de Distribuição (Abraed), que defende o direito de as instituições privadas atuarem no mercado.

De acordo com informações publicadas no site do Supremo, sete ministros já votaram, mas o julgamento foi interrompido em junho de 2008 porque um dos magistrados pediu vista do processo. Cinco ministros já se manifestaram a favor da manutenção do monopólio. Um deles votou pela quebra parcial do monopólio (apenas para entregas comerciais), outro pela liberalização do mercado. Faltam ainda os votos de quatro integrantes do tribunal.

Para Regis de Oliveira, a idéia de que somente uma única empresa, controlada pela União, tenha exclusividade absoluta na entrega de correspondência de qualquer natureza "constitui um aspecto jurídico que não é compatível com as economias modernas, competitivas, livres e globalizadas do século XXI".

O deputado ressalta que, se a atividade postal privada for considerada ilegal, cerca de 15 mil empresas, que empregam em torno de um milhão e meio de trabalhadores, poderão fechar as portas, "podendo conduzir o País a um 'apagão' nas comunicações".

Tramitação

O projeto será analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

AGENCIA CÂMARA

## Israel deve ser alvo de boicote e sanções

NAOMI KLEIN

É mais que hora. A melhor estratégia para pôr fim à sangrenta ocupação é que Israel se torne alvo do tipo de movimento mundial que pôs fim ao apartheid na África do Sul. Em julho de 2005, uma grande coalizão de grupos palestinos apresentou planos para isso. Eles apelavam às "pessoas de consciência em todo o mundo que impusessem amplos boicotes e iniciativas para retirar investimentos contra Israel semelhantes às aplicadas contra a África do Sul na era do apartheid". Assim nasceu a campanha BDS (boicote, desinvestimento e sanção).

Cada dia de ataque de Israel contra Gaza atrai mais adeptos à causa. Há apoio até mesmo entre judeus israelenses. Em meio aos ataques, cerca de 500 israelenses, dezenas dos quais artistas e acadêmicos conhecidos, enviaram uma carta aos embaixadores estrangeiros que servem em Israel na qual pediam pela "adoção de medidas restritivas e sanções imediatas" e estabeleciam um claro paralelo com a luta contra o apartheid. "O boicote contra a África do Sul foi efetivo, mas Israel é tratado com luvas de pelica...

O apoio internacional ao país precisa ser retirado." Sanções econômicas são a ferramenta mais eficiente no arsenal das medidas não violentas. Eis as quatro principais objeções à estratégia BDS, respondidas com argumentação em contrário: 1.. Medidas punitivas alienarão os israelenses. O mundo já tentou aquilo que costumava ser descrito como "envolvimento construtivo". Falhou. Desde 2006, Israel vem ampliando cada vez mais seu comportamento criminoso; expandindo colônias, lançando uma guerra absurda contra o Líbano e impondo punição coletiva aos habitantes de Gaza por meio de um bloqueio brutal. Apesar da escalada, Israel não enfrentou medidas punitivas. As armas e a assistência anual de US\$ 3 bilhões que os EUA oferecem ao governo israelense são só o começo.

Ao longo desse período crucial, Israel desfrutou de um drástico avanço em seu relacionamento diplomático, cultural e comercial com diversos aliados. Por exemplo, em 2007, Israel se tornou o primeiro país de fora da América Latina a assinar um tratado de livre comércio com o Mercosul. Nos primeiros nove meses de 2008, as exportações israelenses ao Canadá subiram em 45%. Um novo acordo comercial com a União Europeia deve dobrar as exportações israelenses de alimentos processados. E em dezembro, os europeus "atualizaram" o Acordo de Associação entre Israel e a União Europeia.

É nesse contexto que os líderes israelenses deram início à sua mais recente guerra: confiantes em que não enfrentarão custos significativos. É notável que, nos sete dias úteis de guerra, o principal índice da bolsa de valores de Tel Aviv tenha na verdade subido em 10,7%. Quando o estímulo não funciona, a punição é necessária. 2. Israel não é a África do Sul. Claro que não. A relevância do modelo sul-africano é que ele prova que uma tática BDS pode ser efetiva quando medidas menos vigorosas fracassaram. E, na verdade, há ecos profundamente perturbadores do apartheid sul-africano nos territórios ocupados. Ronnie Kasrils, um conhecido político sul-africano, disse que a arquitetura da segregação que ele

viu na Cisjordânia e na faixa de Gaza era "infinitamente pior que o apartheid". Isso em 2007.

3. Por que tomar Israel como único alvo quando EUA, Reino Unido e outros países ocidentais fazem as mesmas coisas no Iraque e no Afeganistão? O boicote não é um dogma; é uma tática. O motivo para que uma estratégia BDS possa ser experimentada contra Israel é de ordem prática: em um país tão pequeno e que depende tanto do comércio externo, a ideia pode funcionar de fato.

4. Boicotes interrompem comunicações; precisamos de mais, e não de menos, diálogo. Conto uma história pessoal. Quando escrevi "A Doutrina do Choque", queria respeitar o boicote. Aconselhada por ativistas, entrei em contato com uma pequena editora ativista, profundamente envolvida com o movimento de resistência à ocupação. Redigimos um contrato que garante que todos os proventos das vendas sejam destinados ao trabalho da editora, sem que eu receba nada. Em outras palavras, estou boicotando a economia de Israel, mas não os israelenses.

Desenvolver nosso modesto plano editorial requereu dezenas de telefonemas, e-mails e mensagens instantâneas. Meu argumento é o seguinte: quando você começa a implementar uma estratégia de boicote, o diálogo se intensifica dramaticamente. E por que não o faria? Construir um movimento requer comunicação incessante. O argumento de que apoiar boicotes nos isolará mais é ilusório, dadas as tecnologias que nos oferecem informação barata e imediata. Não há boicote que nos detenha. A essa altura, muitos sionistas orgulhosos estão se preparando para rebater perguntando se eu não sei que muitos desses brinquedos de alta tecnologia foram criados nos centros de pesquisa israelenses, destacados no setor. Verdade, mas nem todos eles.

Alguns dias depois de iniciado o ataque israelense contra Gaza, Richard Ramsey, diretor executivo de uma empresa britânica de telecomunicações, enviou um e-mail ao grupo tecnológico israelense MobileMax, afirmando que "como resultado das ações do governo israelense nos últimos dias, não mais poderemos fazer negócios com vocês nem com outra companhia de Israel". Ramsey diz que sua decisão não foi política; ele só não desejava perder clientes. "Não temos condições de perder cliente algum", disse, "e por isso a decisão foi puramente defensiva do ponto de vista comercial". Foram cálculos comerciais frios como esse que levaram muitas empresas a sair da África do Sul duas décadas atrás. E é exatamente esse tipo de cálculo que representa nossa esperança mais realista de levar justiça à Palestina depois de tão longa ausência.

A canadense NAOMI KLEIN é jornalista e ativista política. Este artigo foi distribuído pelo New York Times Syndicate

Tradução de PAULO MIGLIACCI